



Caos aéreo pode ser desafio para novos diretores da Anac

Preocupações quanto ao aumento da demanda por transporte aéreo, à precária infraestrutura do setor e à insuficiência de investimentos foram destaque em sabatina de três indicados para agência. **4**

Fernando Collor (C), presidente da Comissão de Infraestrutura, em reunião que aprovou indicações

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.255 – Brasília, quinta-feira, 17 de junho de 2010

Estatuto da Igualdade Racial está a um passo de virar lei

Projeto só depende agora da sanção do presidente da República para se tornar lei. Senadores apontam resgate de dívida histórica com os negros

Sem o estabelecimento de cotas para negros na educação e sem usar o termo "raça" no texto, o estatuto foi aprovado ontem pelo Plenário e agora segue para a sanção presidencial. O autor, Paulo Paim, e o relator, Demostenes Torres, observaram que, se não reflete o ideal, o texto garantiu o que foi possível negociar entre o Congresso Nacional, o Poder Executivo e o movimento negro. **3**

Autor do projeto do estatuto, Paulo Paim recebe no Plenário os cumprimentos dos representantes do movimento negro



Gerardo Mageta

A arte que vem das folhas da miriti

Artesãos de Abaetetuba (PA) expõem no Salão Branco do Congresso: até a casa (foto) utiliza miriti. **2**

Waldemir Barreto



Novo portal do Senado busca facilitar acesso a informações

Cerimônia marcada para as 11h30 de hoje lançará a nova página do Senado na internet. Com mudanças no visual e de navegação, objetivo é facilitar o acesso e ampliar a transparência. **2**

Pregão eletrônico no setor público deve ser obrigatório

Projeto aprovado na CCJ torna obrigatória a adoção do pregão eletrônico para a compra de bens e serviços pela

administração pública e restringe a modalidade de carta-convide a situações excepcionais. Matéria vai ao Plenário. **5**

Tolmasquim: Belo Monte não é ameaça, mas solução

Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim afirma no Senado que a hidrelétrica de Belo Monte não ameaça as riquezas naturais da Amazônia e viabiliza o crescimento econômico do Brasil. **7**

Debate aponta potencial da educação a distância

O ensino a distância pode ser instrumento de inclusão social para os cerca de 28 milhões de brasileiros com deficiência, concluíram os participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação. **8**

Mudanças no *design* e na navegação entre as páginas compõem novo *site*, que foi baseado no projeto de uma comissão de servidores de diversas áreas

Lançamento do novo portal do Senado acontece hoje

O SENADO LANÇA hoje seu novo *site* na internet. A cerimônia de lançamento acontece no Salão Nobre do Senado Federal às 11h30, com a presença do presidente da Casa, José Sarney. Resultado de um trabalho que começou no primeiro semestre de 2009, o *site* terá grandes mudanças no *design* e na navegação entre as páginas. Tudo com base no manual *Guidelines for Parliamentary Websites*, da Inter-Parliamentary Union (IPU), instituição que promove a interação entre parlamentos de diversos países.

– O novo *site* busca assumir o seu papel estratégico no relacionamento do Senado com a sociedade brasileira, com melhoramentos em seu conteúdo, organização, usabilidade, acessibilidade e linguagem; e também busca incorporar novos modelos de gestão e padrões normativos – afirma o diretor da

Secretaria Especial de Informática (Prodasen), Carlos Magno Cataldi Santoro.

O Prodasen participou da construção do novo *site* em parceria com a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). As duas secretarias se basearam em projeto elaborado por uma comissão técnica de servidores de diversas áreas da Casa, instituída especialmente para esse fim. Essa comissão é subordinada ao Comitê Gestor da Internet, composto pelo diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra; pela secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra; e pelos diretores da Secs, Fernando Cesar Mesquita; do Prodasen, Carlos Magno Santoro e da Secretaria de Informação e Documentação (Sidoc), Paulo Afonso Lustosa.

– Nosso objetivo com o novo *site* é a transparência, é facilitar o acesso dos cidadãos a todas as informações sobre o trabalho do

Senado e dos senadores – explica Fernando César Mesquita.

Seções temáticas

O novo *site* é dividido em nove seções temáticas: O Senado (institucional), Senadores, Atividade Legislativa (tramitação de projetos), Legislação, Notícias, Publicações, Orçamento, Portal da Transparência e Informações Externas.

Cada seção será administrada por uma área do Senado. A seção de Notícias, por exemplo, ficará a cargo da Agência Senado, subordinada à Secs, e dará acesso aos conteúdos dos demais veículos da secretaria: TV Senado, Rádio Senado, **Jornal do Senado**, Relações Públicas, Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop) e Secretaria de Projetos Especiais.

O lançamento do novo *site* foi aprovado pela Mesa diretora em reunião no dia 9 de junho.



Relações especiais entre Brasil e China

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem Sun Gan, vice-secretário-executivo do Conselho de Trabalho dos Órgãos Subordinados ao Comitê Central do Partido Comunista Chinês. Sarney disse que as relações entre os dois países são especiais e que a amizade com a China é um consenso no Brasil. Sun Gan veio ao país a convite do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e estava acompanhado do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

José Sarney disse que esteve em 1986 com Deng Xiaoping, quando o então líder chinês previu que as relações entre Brasil e China se tornariam cada vez mais estreitas. Na ocasião, ainda segundo Sarney, Xiaoping falou pela

primeira vez em “uma China, dois sistemas”, sobre a manutenção do controle político pelo Partido Comunista, mas com uma economia capitalista e aberta ao mundo.

Durante a visita do então presidente brasileiro à China, foi assinado um convênio para desenvolvimento conjunto de satélites espaciais, que ainda vigora e já resultou no lançamento de dois foguetes, um no governo Fernando Henrique e outro no governo Lula.

Sarney destacou ainda que, quando visitou a China como presidente da República, o comércio anual entre os dois países era de US\$ 2 bilhões. Hoje, está em US\$ 40 bilhões e deverá chegar a US\$ 50 bilhões no fim de 2010. Ele

também lembrou que, durante a sua visita à China, conheceu em detalhes as zonas de processamento de exportação e resolveu implantar a ideia no Brasil.

Sun Gan disse que José Sarney é considerado em seu país “um amigo da China” e que ficou muito satisfeito em saber que praticamente todos os partidos brasileiros querem ter uma relação próxima com o Partido Comunista Chinês. Ele acrescentou que a China também está interessada em intensificar cada vez mais os laços com o Brasil. Ao fim da visita, Sarney e Sun Gan trocaram presentes. O chinês entregou ao presidente do Congresso Nacional uma gravura do Palácio Imperial e da Cidade Proibida.



José Sarney (3º à dir.) recebe Sun Gan, representante do Partido Comunista Chinês, acompanhado de Inácio Arruda

Aberta exposição de arte feita com palmeira miriti

Mais de mil peças de artesanato confeccionadas com a palmeira miriti estão em exposição no Salão Branco do Congresso Nacional. A exposição “Miriti: Arte da Amazônia” é uma iniciativa do senador José Nery (PSOL-PA) e foi aberta na tarde de ontem, podendo ser visitada até a próxima terça-feira.

A mostra conta com a participação de artesãos do município de Abaetetuba (PA), cidade que originou a arte que utiliza o miriti – material conhecido como isopor da Amazônia. A maior parte da exposição apresenta brinquedos feitos com a palmeira. Uma das atrações da

exposição é uma casa feita de miriti coberta com palha, que vai apresentar um pouco da vida do caboclo amazônico que vive nas regiões ribeirinhas do Pará. A mostra ainda apresenta as origens do miriti e o processo de transformação até o produto artístico final.

Uma das finalidades da exposição, disse José Nery, é indicar a possibilidade de produzir artesanato de qualidade sem prejudicar o meio ambiente, pois as peças são feitas com parte da folhagem da palmeira, sem que a árvore seja prejudicada. As peças têm conquistado reconhecimento internacional.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Doação para Gaza

14h A sessão é deliberativa. Entre os projetos incluídos na pauta está o que autoriza o governo brasileiro a fazer doação para obras de reconstrução na Faixa de Gaza.

Presidência Lançamento do novo *site* do Senado

11h30 O presidente do Senado, José Sarney, participa, no Salão Nobre do Senado, da cerimônia de lançamento do novo Portal do Senado. Às 14h, preside a ordem do dia.

CAS Cadastro de crianças desaparecidas

11h30 A Comissão de Assuntos Sociais se reúne para votar, entre 30 matérias em pauta, a criação do Sistema Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Também examina projeto prevendo que porteiros e vigilantes que trabalham para condomínios tenham direito a adicional de periculosidade.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Texto de consenso foi acatado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário. Projeto já tramitava no Congresso havia sete anos

Senado aprova Estatuto da Igualdade Racial

O ESTATUTO DA Igualdade Racial foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado, atendendo a pedido para votação em regime de urgência apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta (PLS 213/03). Em votação simbólica, os senadores referendaram o texto acatado horas antes pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para virar lei, o estatuto depende apenas da sanção presidencial.

Os senadores da CCJ se mostraram unidos em torno da aprovação do projeto – que, se não reflete o ideal, garantiu o possível de ser negociado entre o Congresso Nacional, o Poder Executivo e o movimento negro. Esse sentimento foi expresso tanto por Paim quanto pelo relator na CCJ do substitutivo da Câmara ao PLS 213/03, senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Como a intenção era não deixar o andamento do Estatuto

da Igualdade Racial se estender ainda mais no Congresso – onde já tramita há sete anos –, foram aceitos os cortes da relatoria, por exemplo, nas cotas para negros na educação e no uso do termo “raça” no texto.

– Essas mudanças são relevantes, incorporam a evolução ao longo da tramitação e deixam claro que, apesar da insatisfação de muitos, é preciso enfrentar essa questão étnica, uma vez que raça não existe. Existem ainda muitos brasileiros que merecem acesso à proteção social, em decorrência de sua origem humilde, e isso não é promovido pelo Estado brasileiro – considerou Demostenes.

A votação do estatuto na comissão foi acompanhada por Eloi Ferreira, ministro da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, e por Edson Santos, que ocupou a pasta até abril, em reunião que teve a presença de representantes do

movimento negro.

Avanço

Além de defenderem a aprovação do PLS 213/03, os nove senadores que comentaram a proposta elogiaram a atuação de Paim e Demostenes. O primeiro deles foi o senador Renato Casagrande (PSB-ES), que reconheceu o texto sugerido como um avanço, e aposta na continuidade desse debate no Congresso.

César Borges (PR-BA) se disse honrado por ter relatado o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2004, lembrando ainda a aprovação pelo Senado, em 2005, do substitutivo do então senador Rodolpho Tourinho, que relatou a matéria na CCJ.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) viu esse trabalho como fruto da integração entre Legislativo e Executivo e lamentou o crescimento de 46,3% no nú-

mero de assassinatos de negros e pardos entre 1999 e 2005, conforme dados encaminhados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que sua experiência na prática esportiva – onde uma eventual distinção entre negros e brancos, ricos e pobres, desaparece – lhe rendeu a consciência de que é preciso promover a justiça no país. Ele afirmou que o Estatuto da Igualdade Racial tem o propósito de corrigir falhas acumuladas nessa relação ao longo da história brasileira.

O resgate de uma dívida histórica do país para com os negros também foi reconhecido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela discordou, entretanto, da decisão de Demostenes de retirar do texto artigo que estabelecia políticas nacionais de saúde específicas para esse

segmento da população.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que as mudanças no Estatuto da Igualdade Racial corrigiram uma injustiça para com a população de mestiços de seu estado, de origem branca e indígena.

– O projeto, da forma como estava, obrigava nossos caboclos a se declararem negros, e eles não queriam isso. Vemos Zumbi como herói, mas o nosso Zumbi é o índio Ajuricaba – comentou.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) avaliou ser fundamental combater o preconceito e a discriminação contra a população negra, posicionando-se contrariamente, junto com Serys e César Borges, à retirada das cotas na educação do texto. Os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também reconheceram o esforço do autor e do relator do Estatuto da Igualdade Racial.



O ex-ministro Edson Santos (à esq. na foto ao lado), o atual titular da pasta da Igualdade Racial, Eloi Ferreira, Mesquita Júnior e Demostenes. Paim (ao microfone, com César Borges) frisou união da Casa

Demostenes Torres rejeita sistema de cotas na educação

O sistema de cotas para negros na educação foi rejeitado pelo senador Demostenes Torres (DEM), relator do substitutivo da Câmara ao projeto (PLS 213/03) do Estatuto da Igualdade Racial. Além de recusar a obrigatoriedade de o governo incentivar instituições de ensino superior públicas e privadas a incluir alunos negros em seus programas de pós-graduação, ele decidiu derrubar a prioridade no acesso da população negra às instituições federais de ensino técnico de nível médio e superior.

Demostenes argumentou na CCJ que “o acesso à universidade e ao programa de pós-graduação, por expressa determinação constitucional, deve-se fazer de acordo com o princípio do mérito e do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

De qualquer modo, o senador manteve na seção do Estatuto da Igualdade Racial sobre educação a previsão de que o poder público adotará programas de ação afirmativa. Ele preservou a determinação ao governo federal, por meio dos órgãos responsáveis pelas políticas de promoção da

igualdade e de educação, de acompanhar e avaliar os programas educacionais.

Muitas das 11 emendas de redação elaboradas por Demostenes retiraram do texto da Câmara as expressões “raça”, “racial” e “étnico-raciais”. “Geneticamente, raças não existem” e, ao se ater ao “mito da raça”, o Estado brasileiro, por meio do estatuto, estaria ajudando a fomentar no seio da sociedade – e não a desconstruir – “a falsa ideia de que raças existem”, explicou.

Demostenes também suprimiu as expressões “derivadas da escravidão” e “fortalecer a identidade negra”. “Sem esquecer os erros cometidos, devemos voltar nosso esforço para o futuro e buscar a justiça social para todos os injustiçados, sem qualquer forma de limitação”, afirmou. No segundo caso, analisou que, “no Brasil, a existência de valores nacionais, comuns a todas as cores quebra o estigma da classificação identitária maniqueísta. Encontram-se elementos da cultura africana em praticamente todos os ícones do orgulho nacional, seja na identidade que o brasileiro tenta construir, seja na imagem do país difundida no exterior”.

Suprimida reserva de vagas para negros nas eleições

O Estatuto da Igualdade Racial tramitou por sete anos nas duas Casas do Congresso Nacional. O projeto de lei (PLS 213/03), apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), passou por diversas modificações no Senado e na Câmara dos Deputados e é fruto de intensa discussão.

O relator na CCJ, Demostenes Torres, rejeitou integralmente quatro artigos e incorporou 11 emendas de redação. Foi suprimida a exigência de reserva de 10% das vagas de cada partido ou coligação para candidatos representantes da população negra. Ele eliminou proposta que dispensava a exigência de representação do ofendido para processamento de crimes contra a honra (injúria, calúnia ou difamação) praticados contra funcionário público em razão de suas funções.

Demostenes também retirou o artigo que estabelecia políticas nacionais

de saúde específicas para os negros, e justificou sua decisão afirmando tratar-se de um equívoco usar o conceito de raça para indicar a predisposição a certas doenças.

“Trata-se de posição ultrapassada que foi derrubada pelas descobertas recentes da genética. Mesmo doenças ditas raciais, como a anemia falciforme, decorrem de estratégias evolucionárias de populações expostas a agentes infecciosos específicos. Nada tem a ver com a cor da pele”, sustentou.

O último dispositivo suprimido integralmente possibilitava ao poder público conceder incentivos fiscais às empresas com mais de 20 empregados que mantivessem uma cota mínima de 20% de trabalhadores negros. No entendimento de Demostenes, esse benefício poderia estimular a emissão de trabalhadores brancos, “muitos dos quais, pobres”.

Estatuto resgata a maior dívida, afirma Sarney

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial é “o resgate da maior dívida jamais paga”. Assim o presidente do Senado, José Sarney, definiu o teor do projeto, aprovado ontem pela CCJ e pelo Plenário. Um dia depois da vitória da seleção brasileira em sua estreia na Copa do Mundo, essa é a oportunidade de o Brasil “dar de goleada”, disse.

Diante do ministro Eloi Ferreira, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; do senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto; e de representantes de organizações do movimento negro, Sarney falou da influência africana na identidade nacional.

– Nossa identidade foi forjada pelo africano. Nossa alegria vem da África. A aprovação desse projeto é o resgate da maior dívida jamais paga, uma dívida que nunca resgatamos. A força, a alegria, a coragem do brasileiro vêm da África – afirmou.

Sarney foi lembrado como um dos precursores do estatuto, o que ele reconheceu, admitindo ter sido o primeiro a defender cotas raciais para os descendentes dos africanos forçados a vir trabalhar como escravos no Brasil, e se disse integrado, desde sempre, nesse esforço.

Durante sabatina de três indicados para cargos de direção da agência reguladora, senadores alertam para o risco de a precariedade da infraestrutura no setor e a insuficiência de investimentos causarem novo apagão da aviação no país



Collor (C, ao lado de Eliseu Resende) preside reunião da Comissão de Infraestrutura que aprovou indicações de Ricardo Bezerra (E), Rubens Vieira e Carlos Pellegrino

Preocupação com caos aéreo marca sabatina de indicados para a Anac

A CRESCENTE PROCURA de transporte aéreo no Brasil, a precariedade da infraestrutura do setor e a insuficiência de investimentos – combinação que pode resultar em um novo caos aéreo – foram preocupações manifestadas pelos senadores durante sabatina de três indicados para cargos de direção na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Rubens Carlos Vieira, Ricardo Bezerra e Carlos Pellegrino tiveram seus nomes aprovados na manhã de ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em votação secreta. As mensagens vão ao Plenário.

O presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), cobrou providências para evitar o estrangulamento do transporte aéreo no Brasil, especialmente durante a realização, no país, da Conferência Rio+20, sobre meio ambiente, em 2012; da Copa do Mundo, em 2014; e das Olimpíadas, em 2016.

Eliseu Resende (DEM-MG), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) relataram problemas dos usuários do transporte aéreo no país e também cobraram soluções.

Em resposta, Pellegrino citou

investimentos que estão sendo feitos para melhorar a infraestrutura aeroportuária. Já Rubens Vieira explicou que a Anac, como órgão regulador, pode contribuir sugerindo melhorias na legislação e assegurando maior rigor na fiscalização dos aeroportos.

Limitações da aviação regional foram apontadas por Mozarildo, Heráclito Fortes, Jayme Campos (DEM-MT), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN), Mão Santa (PSC-PI) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). Conforme os senadores, deslocamentos entre cidades do interior passam necessariamente pelos grandes

centros, por conveniência das grandes empresas que controlam as rotas, em detrimento do interesse dos usuários e das pequenas empresas.

Ricardo Bezerra reconheceu a existência de concorrência predatória na aviação regional e defendeu a adoção de ações pela Anac para coibir tal prática, além de incentivos para fortalecer a atuação de pequenas empresas aéreas.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a aprovação, pela Câmara, de projeto de sua autoria que trata de direitos dos passageiros.

Projeto submete cargo de diretor-presidente da EBC ao Senado

As indicações dos futuros diretores-presidentes da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) feitas pelo presidente da República deverão ser submetidas ao Senado. A medida está no projeto (PLS 529/09), do senador Renato Casagrande (PSB-ES), aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A inclusão do cargo de diretor-presidente da EBC entre os que precisam de aprovação do Senado permitirá que as futuras nomeações “não sejam resultantes unicamente da vontade soberana do governante ou baseadas em critérios de conveniência política”, na opinião do relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

– Pretende-se garantir, portanto, que tais cargos sejam ocupados apenas por pessoas com comprovada idoneidade e capacidade para o exercício das funções – disse o relator.



Relator, Antonio Carlos Júnior diz que medida impede nomeações políticas

Antonio Carlos Júnior também foi o relator do PLS 557/09, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que regulamenta o pagamento de transporte, diárias e jetom para os integrantes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). O projeto recebeu parecer favorável da CCT e será agora encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será analisado

em decisão terminativa.

Pesquisa

Em turno suplementar e decisão terminativa, a CCT aprovou o substitutivo ao PLS 409/03, que autoriza a instituição do Programa de Estímulo às Atividades de Pesquisa Científica e Tecnológica nas Instituições Privadas de Ensino Superior (CT-Universidades). O texto incluiu duas emendas do senador Sérgio Zambiasi

(PTB-RS). A primeira estabelece que a participação de universidades privadas no programa será “facultativa, na forma do regulamento” – e não obrigatória, como no substitutivo que havia sido aprovado anteriormente. O argumento utilizado por Zambiasi, e acolhido pelo relator, foi o de que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, segundo a Constituição.

O substitutivo anteriormente aprovado incluía entre as fontes de receita do programa 2% do faturamento bruto das universidades privadas com o pagamento de matrículas e mensalidades. A segunda emenda aprovada estabelece que os 2% só serão cobrados das universidades que aderirem ao programa.

A comissão aprovou ainda, em decisão terminativa, 47 projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados do país.

Comissão aprova parcelamento de multas de trânsito

O parcelamento de multas de trânsito em até seis vezes foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Essa flexibilização no pagamento foi proposta em projeto de lei (PLS 20/10) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), preocupado com a inadimplência de muitos motoristas que não têm condições de pagar, de uma só vez, multas de trânsito de valores mais elevados.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), concordou com a necessidade de socorro financeiro, mas ressaltou que a medida não ameaça o rigor da legislação de trânsito nem a gestão dos recursos gerados pelas multas aplicadas pelos órgãos de fiscalização rodoviária.

Se os valores das multas – de R\$ 53,20 (infrações de natureza leve) a R\$ 191,54 (infrações de natureza gravíssima) –, isoladamente, não se mostram muito expressivos, Alvaro Dias chama atenção para casos em que o valor inicial da multa é multiplicado por 2, 3 ou 5, podendo chegar a quase R\$ 1 mil.



Raimundo Colombo considera que a alta inadimplência justifica a medida

Comissão vai debater tarifas e transporte urbano

Soluções para o transporte público urbano e medidas para reduzir o valor das tarifas serão discutidas em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A proposta, aprovada ontem, foi apresentada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

De acordo com o relator, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), as dificuldades de deslocamento enfrentadas pela população das grandes cidades do país motivaram a realização do debate.

– A audiência visa encontrar soluções para melhorar a vida dos usuários do transporte público no país – disse Quintanilha.

Serão convidados a participar do debate, Luiz Carlos Bueno de Lima, secretário nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades; Renan Chieppe, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati); Otávio Vieira da Cunha Filho, presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU); e Sonia Haddad, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina na próxima quarta-feira três indicações feitas pelo presidente da República para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Superior Tribunal Militar (STM). Para o TST, foi indicado o desembargador José Roberto Freire Pimenta e para o STM, o general-de-exército Fernando Sérgio Galvão e o almirante-de-esquadra Marcos Martins Torres.

Os relatores das mensagens presidenciais apresentaram ontem seus pareceres e foi concedida vista coletiva aos integrantes da CCJ, para que eles possam se preparar para a sabatina dos indicados, a ser realizada no dia 23, antes da votação. Se aprovadas, as indicações devem ser ainda votadas pelo Plenário do Senado.

Devido a pedido de vista coletiva, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) adiou para a próxima semana a votação de mensagens presidenciais com a indicação de Maria Laura da Rocha para o cargo de delegada permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e de Mario Vilalva para embaixador do Brasil em Portugal. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) explicou que o pedido de vista foi um ato de protesto dos partidos de oposição contra vetos aplicados pelo presidente Lula a projetos aprovados pelo Congresso Nacional, como o fim do fator previdenciário e a concessão de subsídios para o setor sucroalcooleiro.

– O ato que vou praticar agora [o pedido de vista] não tem nada contra a indicação dos embaixadores, é apenas um ato político – declarou.

Jucá anuncia votação da Petro-Sal para a próxima semana

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que o projeto de lei que cria a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Petro-Sal será votado apenas na semana



Romero Jucá

das eleições. O senador disse que esse projeto não será considerado prejudicado e nem arquivado. Romero Jucá afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetará a chamada Emenda Simon,

que vem, possivelmente na quarta-feira.

Jucá informou também que o governo pedirá a retirada da urgência do PLC 16/10, que trata dos royalties, e o projeto tramitará normalmente, recomeçando nas comissões permanentes, apenas depois

incluída no PLC 7/10, que trata do Fundo Social. A emenda, explicou Jucá, determina a distribuição de royalties do petróleo entre todos os estados, com a previsão de que a União ressarcirá aos estados produtores as perdas decorrentes.

CCJ vai debater cobrança de ICMS sobre petróleo e energia

Em audiência pública marcada para o dia 30 deste mês, a CCJ debaterá proposta de emenda constitucional que atribui aos estados produtores de petróleo e seus derivados e de energia elétrica a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais. Exclusivamente nesses produtos, a cobrança do tributo é feita no destino, ou seja, pelo fisco dos estados consumidores.

A decisão sobre a data do debate ocorreu depois que o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comunicou que iria pedir a suspensão da audiência, aprovada desde o ano passado, para debater a matéria (PEC 22/07). Relator da proposta, ele pretendia garantir a votação do texto ainda ontem.

– É uma aberração apenas a tributação do petróleo e da

energia ser feita no consumo – afirmou o senador, representante de um estado que é grande produtor de energia.

Ao reservar para os estados consumidores a cobrança do ICMS sobre esses produtos, os constituintes de 1988 argumentaram ser necessário evitar excessiva concentração econômica em favor dos estados produtores. Os autores da PEC, à frente o senador Paulo Duque (PMDB-RJ), consideram uma injustiça os estados produtores serem privados do ICMS nesses produtos.

Os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), no entanto, argumentaram que a proposta tem forte impacto econômico e só deve ser analisada no âmbito de ampla reforma tributária.

– É uma irresponsabilidade votá-la desse modo – afirmou ACM Júnior.

Virgílio ameaça obstrução à LDO para defender refinaria

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem que usará dos recursos parlamentares de que dispõe para obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) caso o governo federal feche a Refinaria Isaac Sabbá – a chamada Refinaria de Manaus (Reman) – ou diminua os investimentos a ela destinados.

O fechamento da Reman, argumentou Arthur Virgílio, vai gerar perda de 25% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Amazonas e, em consequência, o empobrecimento do estado.

– Entendo que a LDO é relevante para o país, mas eu não teria outro recurso a não ser fazer isso. Não tolerarei que toquem na Refinaria de Manaus – disse o senador.

Arthur Virgílio também informou que apresentou

requerimento à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para convidar o ministro de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann; o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli; e um representante da refinaria para discutirem o assunto com os senadores.

O senador assegurou que o ministro Zimmermann prometeu a ele, por telefone, que na próxima semana vai lhe apresentar os planos estratégicos da Petrobras que demonstram não haver retirada de investimentos na Refinaria de Manaus nem intenção de fechá-la.

– Se a resposta não for convincente, virei aqui, com certeza, para buscar impedir, com todas as forças e com todos os recursos parlamentares a meu dispor a votação da LDO, pelo tempo que eu resistir – disse o senador.

De autoria da CPI dos Bingos, que funcionou entre 2005 e 2006, projeto aprovado pela Comissão de Justiça restringe o uso da modalidade carta-convite nas licitações



Antônio Carlos Valadares, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Suplicy e Neuto De Conto participam da reunião da CCJ

Pregão eletrônico poderá ser obrigatório no serviço público

A ADOÇÃO DO pregão eletrônico para a administração pública adquirir bens e serviços em geral poderá se tornar obrigatória. A determinação está prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que restringe a modalidade carta-convite a situações excepcionais. A proposta segue para análise do Plenário.

Pelo projeto (PLS 277/06), de iniciativa da CPI dos Bingos, que funcionou entre 2005 e 2006, nas licitações em que for necessária uma análise detida de aspectos técnicos do objeto poderá ser realizado processo licitatório nas modalidades concorrência ou tomada de preços. Nos casos em que, por razões técnicas, for inviável a utilização do pregão eletrônico e caso seu adiamento represente ônus para a administração, a licitação poderá ser feita em outras modalidades, como o convite.

O pregão eletrônico é utili-

zado atualmente para realizar contratos administrativos de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado. Foi criado com o objetivo de aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório. Trata-se de uma modalidade ágil, transparente e que possibilita uma negociação eficaz entre os licitantes.

Já a modalidade convite é realizada entre os interessados do ramo, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três. Entre os sistemas de licitação, é o mais simples, sendo utilizado para compras pequenas. Pode ser ainda convidado um único participante, quando as exigências do edital definirem condições que excluam os demais participantes.

Ao justificar seu voto favorável à matéria, durante a discussão na CCJ, o relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que o principal objetivo

da proposta é tornar a modalidade de carta-convite uma exceção.

Itamaraty

Na mesma reunião, os senadores da CCJ aprovaram a criação de cem novos cargos em comissão para o Ministério das Relações Exteriores e a ampliação de sete para nove no número de subsecretarias-gerais do órgão.

Demostenes Torres, também relator da matéria, apresentou parecer favorável à criação dos cargos, embora tenha enfatizado que “a política externa brasileira é horrorosa, pois privilegia ditadores”. Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou a quantidade de projetos que o governo federal tem enviado ao Congresso para criação de novos cargos. Romeu Tuma (PTB-SP) destacou o aumento no número das missões do Itamaraty para justificar a necessidade de contratação de pessoal.



Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Renato Casagrande e Gerson Camata debatem na CAE mensagens solicitando autorização

Empréstimos para Minas Gerais e Espírito Santo

O Plenário do Senado aprovou ontem pedido de autorização do presidente da República para que a União conceda aval a um empréstimo do Banco Mundial ao governo de Minas Gerais, no valor de US\$ 461 milhões, destinado a financiar a segunda fase do choque de gestão empreendido pelo governo estadual. A matéria havia sido aprovada no início da tarde na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue para promulgação.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou que este empréstimo vem atender a demandas de infraestrutura do estado, e

elogiou a atual gestão, cuja administração rigorosa permitiu buscar novas fontes de recursos e novos investimentos.

Foi aprovada outra mensagem do presidente da República pedindo autorização para oferecer garantia a um empréstimo externo de US\$ 21,9 milhões ao Espírito Santo, com a finalidade de aprimorar a administração fazendária estadual.

O dinheiro, a ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiará o Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária (Profaz-ES), destinado a aumen-

tar a eficiência da arrecadação, melhorar o controle do gasto público e treinar servidores fazendários. A exemplo da primeira mensagem, a matéria havia sido aprovada ontem mesmo na CAE e vai a promulgação.

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que os recursos vão aumentar a capacidade de investimento do Espírito Santo, que poderá resolver questões ligadas à infraestrutura, segurança, educação e saúde.

As mensagens foram relacionadas, respectivamente, por Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Azeredo alerta para problemas de transportes

Os congestionamentos verificados nas grandes cidades do país na última terça-feira, pouco antes da estreia da seleção brasileira na Copa do Mundo da África do Sul são um alerta para o que pode acontecer em 2014, quando o Brasil vai sediar o campeonato mundial de futebol. Foi o que disse Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

– Isso é um alerta para a necessidade de investimentos em metrô e trens suburbanos – afirmou o senador.

Azeredo observou que o governo federal diminuiu os investimentos em infraestrutura de transportes, o que tem afetado usuários das vias urbanas, das rodovias, dos metrô e dos aeroportos. A resolução do problema, disse o senador, passa pela organização do sistema de transporte de massas.

Valadares elogia reforma do Código de Processo Penal



Gerardo Magela

Valadares

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que o aumento de poder do magistrado, determinado pelo projeto do novo

Código de Processo Penal (PLS 256/09), fará com que “o sistema de justiça criminal se torne mais eficaz”. O projeto deverá ser votado em primeiro turno na próxima semana.

– Isso significa coibir a impunidade, assegurar que a pena seja cumprida com rigor e que o preso seja monitorado de perto pelo Estado – afirmou.

Valadares assinalou que o novo código “ampliara o poder e as alternativas cautelares do magistrado, fazendo com que o processo penal alcance sua eficácia”.

O senador lembrou que o projeto, relatado por Renato Casagrande (PSB-ES), foi apresentado pela Presidência do Senado a partir de sugestão de uma comissão de juristas composta por nove integrantes.

Projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça disciplina um dos direitos inseridos no rol de garantias fundamentais da Constituição

Maior acesso do cidadão a informações públicas

PROJETO QUE AMPLIA o acesso do cidadão a informações mantidas pelo poder público foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLC 41/10) disciplina um dos direitos inseridos no rol de garantias fundamentais da Constituição. A nova regra deve entrar em vigor 180 dias após a aprovação do projeto.

Uma das primeiras providências do PLC 41/10 foi estabelecer como dever do Estado a garantia de acesso do cidadão a informações de seu interesse, a serem fornecidas por meio de procedimentos objetivos e ágeis e de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Embora admita a classificação de alguns desses dados como ultrassecretos, secretos ou reservados, em função de seu conteúdo e da imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado, o projeto determina que os relativos a violação dos direitos humanos praticada ou ordenada por agentes públicos não sofrerão restrição de acesso. Os prazos máximos de restrição de acesso foram fixados em 25 anos, 15 anos e 5 anos, respectivamente, para dados ultrassecretos, secretos e reservados.

Informações que possam colocar em risco a segurança do presidente e vice-presidente da República e seus familiares diretos, por exemplo, serão classificadas como reservadas e

ficarão sob sigilo até o término do mandato. Também não serão liberadas informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo segredo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Se o agente público negar acesso a informação sem restrições, e sua decisão não estiver fundamentada, ficará sujeito a medidas disciplinares. Essa rejeição poderá ser questionada junto à Controladoria-Geral da União (CGU).

A matéria ainda será votada pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Marisa Serrano cobra melhorias na educação infantil

Pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, pelo Ministério da Educação e pelo Banco Interamericano de



Gerardo Magela

Marisa Serrano

Desenvolvimento (BID) em 174 creches e pré-escolas em seis capitais (Rio, Belém, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza e Teresina) reprovou amplamente a educação infantil brasileira. O alerta foi feito ontem por Marisa Serrano (PSDB-MS).

Os dados indicam uma nota média de 3,4 – em uma escala de zero a dez – numa avaliação que leva em conta equipamentos, atividades e formação dos professores.

– Esse resultado é uma lástima – disse.

Ainda segundo a pesquisa, apenas 1% das escolas é de bom nível. “Nós estamos oferecendo a pior assistência às nossas crianças”, lamentou.

– Educação infantil é fundamental para o país. O Brasil tem 13 milhões de crianças até quatro anos. Destas, somente um milhão e meio têm assistência garantida, com creche e pré-escola. É muito pouco – declarou.

Sarney aplaude gestão de Valdez Góes no Amapá

A gestão do ex-governador do Amapá Valdez Góes foi elogiada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, pela capacidade de unir forças políticas e por seu “temperamento e espírito público”. Valdez Góes, disse, procurou governar em comum acordo com a bancada de deputados federais e senadores do Amapá, realizando grandes obras.

– Por dever de lealdade e, ao mesmo tempo, um testemunho de verdade, quero dizer que ele realizou uma obra política reconhecida por todos os amapaenses e por toda a classe política do Amapá. Ele promoveu a paz entre todos aqueles que transformavam a luta política no nosso estado numa guerra – declarou, informando que o ex-governador deixou o cargo para se candidatar a uma vaga no Senado.



Valdemir Barreto

Garibaldi Alves Filho preside reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou política nacional de esterilização

Natalidade de cães e gatos de rua sob controle

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem emenda do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ao projeto (PLC 04/05) que institui a política nacional de controle de natalidade para cães e gatos, especialmente os animais de rua. O projeto original, já aprovado pelos deputados, estabelece que o controle se fará pela esterilização cirúrgica (castração), e a emenda de Zambiasi exclui a palavra “cirúrgica”. Para ele, já existem métodos mais eficazes

e sem sofrimento para os animais, como a castração química e, mantida a palavra na lei, os municípios acabariam adotando apenas a castração cirúrgica.

O projeto já havia passado pelas comissões do Senado e foi enviado ao Plenário. Lá, Zambiasi apresentou sua emenda, que já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, agora, pela CAE, onde o assunto foi relatado favoravelmente pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). A Comissão de As-

suntos Sociais (CAS) também terá de se manifestar sobre a emenda, antes da nova votação pelo Plenário.

O projeto foi apresentado em 2005 pelo deputado Affonso Camargo (PSDB-PR) com a finalidade de acabar com a prática dos municípios de sacrificar os cães e gatos apreendidos pelas conhecidas carrocinhas. Para ele, esse método vem sendo abandonado no mundo, substituído pela esterilização dos animais, o que evita sua proliferação.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

União é autorizada a compor fundo de garantia a seguro rural

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto do governo que autoriza a participação da União como cotista de fundo para a cobertura suplementar de riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal. A medida permitirá ampliar as possibilidades de cobertura das atividades agropecuárias por meio do seguro rural, um instrumento de política agrícola que protege o produtor contra perdas, principalmente devido a fenômenos climáticos.

Batizado de Fundo de Catástrofe, o mecanismo proposto vai substituir o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, instituído em 1966. O novo

fundo responderá por suas obrigações até o limite de seu patrimônio, sem garantia ou aval do poder público. A União será autorizada a emitir até R\$ 4 bilhões em títulos do Tesouro Nacional para integralização de suas cotas, dos quais R\$ 2 bilhões seriam integralizados no ato da subscrição e o restante aplicado em até três anos. O fundo também contará com recursos orçamentários federais.

O PLC 22/10 ainda será examinado pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE). Depois, retornará à Mesa diretora, que decidirá sobre a etapa seguinte, que pode ser o exame final, em Plenário.

Serys destaca encontro mundial sobre pesca responsável

Serys Shessarenko (PT-MT) relatou viagem que fez a Londres, no início deste mês, para participar de uma reunião com o objetivo de definir ações para orientar os legisladores na implementação de reformas que garantam um futuro para a pesca, especialmente uma oceânica, com sustentabilidade econômica e ambiental. A reunião foi preparatória para outra, que acontecerá na China na segunda quinzena de agosto, e contou também com a participação de Cícero Lucena (PSDB-PB).

– A superexploração da pesca, impulsionada pelos sistemas ineficientes de gestão dos oceanos e de governança costeira, representa uma ameaça significativa para as populações de peixes – afirmou a senadora. O livre acesso aos recursos marinhos e a concessão indiscriminada de subsídios para pescadores de grande porte são os grandes incentivos para a superexploração da pesca. No encontro, foram apresentadas sugestões para minimizar o problema.

Para Serys, os subsídios go-



Serys informa que reunião preparou a que deve ocorrer na China, em agosto

vernamentais para a indústria da pesca – que hoje somam US\$ 22 bilhões em todo o mundo – devem ser usados para incentivar práticas pesqueiras responsáveis.

Segundo ela, também foi sugerido aumentar o financiamento público para desenvolver a gestão pesqueira, como também melhorar a fiscalização e expandir as medidas de conservação.

Entre outras medidas, a reunião também propôs a integração das legislações ambientais e de pesca.

Jayme Campos: força agrícola de Mato Grosso pede investimentos

Jayme Campos (DEM-MT) celebrou a posse do novo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso, Rui Ottoni Prado, e ressaltou a produtividade da agropecuária mato-grossense.

– Os nossos números são superlativos. Colhemos 19 milhões de toneladas de grãos na safra 2009/2010. Somos detentores do maior rebanho bovino do país, com mais de 27 milhões de cabeças, e ainda nos destacamos na produção de algodão, cana-de-açúcar, arroz, suínos e na agricultura – enumerou.

Esses números estão ameaçados, de acordo com o senador, se não houver investimentos em infraestrutura, com efeitos na competitividade da produção.



Jayme Campos diz que falta de infraestrutura ameaça produtividade

– No caso da soja, especificamente, o preço pode ser acrescido em até 48%, dependendo da cotação do produto no mercado externo, em razão da precariedade e do elevado custo do transporte – exemplificou.



Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim, senador Delcídio Amaral e Hermes Chipp

Para o governo, Belo Monte terá pouco impacto ambiental

Mauricio Tolmasquim avalia que 0,5% do sensível bioma amazônico será ocupado pela nova hidrelétrica. Para a população local, usina será “bilhete premiado”

A EXPLORAÇÃO DO potencial energético da Amazônia não colocará em risco as riquezas naturais do Brasil, que precisa acrescentar 3.300 megawatts médios de energia a cada ano, caso queira viabilizar um crescimento econômico de cerca de 5%.

A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tiomno Tolmasquim, que participou de audiência pública sobre os impactos da construção da hidrelétrica de Belo Monte, na região do rio Xingu, no Pará. Orçada em R\$ 19 bilhões e prevista desde 1975, a obra é motivo de polêmica entre autoridades do governo e ambientalistas contrários ao empreendimento.

O debate, que também contou com a participação do diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp, foi promovido pela subcomissão temporária criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para acompanhar a execução da obra.

Tolmasquim reconheceu a sensibilidade do bioma amazônico, o que torna natural a preocupação dos ambientalistas. No entanto, disse ele, 40% da região encontram-se ocupados

por reservas indígenas e áreas de preservação, e Belo Monte foi planejada para ocupar apenas 0,5% desse bioma.

A repotenciação e a modernização de usinas com mais de 20 anos também não livraria o Brasil de novas hidrelétricas, uma vez que essas modificações seriam insuficientes para garantir o acréscimo anual de 3.300 megawatts médios de energia. Outras fontes alternativas, como a energia eólica, poderiam apenas complementar o padrão atual, mas não substituir a atual matriz energética.

A concepção original de Belo Monte previa a construção de seis usinas, com a geração de 9.599 megawatts médios e inundação de uma área de 18.300 quilômetros quadrados. A previsão atual é a de que o lago da usina ocupe pouco mais de 400

quilômetros quadrados.

– Houve decisão [do governo] de não construir usinas demais na bacia do Xingu para não haver risco de impacto em área indígena, para compatibilizar a questão elétrica com a ambiental – afirmou Tolmasquim, destacando que a usina levará progresso e desenvolvimento à região de Altamira (PA) e municípios vizinhos, com a geração de aproximadamente 18 mil empregos diretos e a melhoria das condições de vida de 4.500 famílias que residem em palafitas. A região também receberá uma compensação financeira anual de R\$ 88 milhões.

– A região ganhou um bilhete premiado da loteria. Os municípios receberão em cinco anos o que todo o Pará deverá gastar em 20 anos – acredita Tolmasquim.

ONS: usina ainda está sendo planejada

O diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, ressaltou que Belo Monte está em fase de planejamento e que as usinas da região amazônica apresentam variação muito grande na vazão da seca, o que se refletiria na geração de energia. Chipp disse ainda que não pode ser feita uma comparação de cus-

tos sem que sejam levados em conta os benefícios globais do empreendimento. Por iniciativa do senador Jorge Yanai (DEM-MT), a subcomissão fará diligência no município de Canarana (MT), na nascente do rio Xingu, para avaliar ações necessárias à preservação do manancial.

Atuação de estrangeiros em ONGs na Amazônia

A participação de estrangeiros em associações que atuam na Amazônia Legal exigirá prévia aprovação do Ministério da Justiça, como previsto em projeto de lei (PLS 12/03) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto foi proposto pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apurou denúncias a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais (ONGs) no país. A comissão encerrou seus trabalhos em 2003, depois de dois anos de atividade, ganhando destaque como a CPI da Biopirataria.

Pela proposta, deve ser enviado ao Ministério da Justiça relatório bienal das atividades desenvolvidas por essa entidade e pelo associado estrangeiro. O projeto altera o Estatuto do Estrangeiro, que só exige prévia autorização para entidades formadas por estrangeiros quando eles corresponderem a mais da metade dos associados.

O projeto será votado ainda na Comissão de Relações Exteriores (CRE) antes de ir a Plenário. O relator, Augusto Botelho (PT-RR), destacou que o projeto busca um “controle mais efetivo sobre a segurança e a preservação dos interesses

nacionais em território rico em recursos naturais e que notoriamente despertam a cobiça internacional”.

Segundo ele, a CPI constatou a “interferência maciça” dessas entidades em áreas indígenas e de difícil acesso, “manipulando e explorando recursos altamente sensíveis, sem fiscalização e controle adequados”.

O projeto altera a Lei dos Registros Públicos para explicitar que o registro de pessoa jurídica que atua na Amazônia Legal e da qual participa, como associado, pessoa física estrangeira, dependerá de prévia autorização do ministro da Justiça.

Brasil tem 28 milhões de pessoas com deficiência, segundo estimativa de ex-ministro da Educação; especialistas defendem incentivos à aplicação da Lei de Cotas



Na audiência, Flavia Amaral Rezende, senadora Marisa Serrano, Carlos Chiarelli e alunos Amilton Paes e Ademar Elias

Ensino a distância como “ferramenta de inclusão”

DE ACORDO COM estimativa apresentada pelo ex-ministro da Educação Carlos Chiarelli, há no Brasil cerca de 28 milhões de pessoas com deficiência. Nesse contexto, o ensino a distância representaria um instrumento fundamental para a inclusão social dessas pessoas – pois lhes permite não apenas o acesso à educação, mas também ao mercado de trabalho. Essa foi uma das principais avaliações feitas ontem durante audiência pública realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE).

– O ensino a distância oferece “tecnologias assistivas” de que os cursos regulares não dispõem. Isso melhora as condições de acesso à educação – ressaltou Andréa Koppe, presidente da Universidade Livre para a Eficiência Humana (Unilehu), entidade sediada em Curitiba que tem entre seus objetivos a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho.

As tecnologias assistivas se referem a serviços, equipamentos e práticas – entre outros meios – que visam facilitar a vida das pessoas com deficiência. Essas

tecnologias vão desde bengalas e cadeiras de rodas até – como é o caso do ensino a distância – equipamentos eletrônicos e programas de computador especializados.

– Mas a educação a distância ainda é mal compreendida e subestimada, inclusive porque, inicialmente, foi muito mal utilizada – disse Andréa Koppe.

Para a presidente da Unilehu, o ensino a distância é capaz de qualificar não apenas os deficientes, mas a população em geral, “desde que acompanhado de tutorias, videoaulas e sistemas de certificação corretos”.

– É uma ferramenta de inclusão – reiterou ela.

Dificuldades

O ex-ministro da Educação Carlos Chiarelli apontou as dificuldades que os deficientes enfrentam para participar das aulas presenciais – e acompanhá-las da mesma forma que os outros alunos. Ele ressaltou que, mesmo em escolas consideradas inclusivas – que estariam habilitadas a educar tanto as crianças sem deficiência como

as portadoras –, há um alto índice de evasão escolar, que estaria acima de 50%, por parte dos alunos com deficiência.

– E a evasão acontece não porque eles não queiram estudar, mas porque [mesmo nas escolas inclusivas] se sentem excluídos – afirmou Chiarelli, que preside a Associação da Cadeia Produtiva de Educação a Distância.

Ao defender essa solução, Chiarelli disse que os avanços tecnológicos permitem ao ensino a distância se adaptar às necessidades específicas dos deficientes, “fazendo com que eles aprendam com muito mais rapidez”.

– É uma metodologia muito mais abrangente em termos de quantidade, sem que haja perda de qualidade – opina.

Chiarelli observou que os alunos portadores de deficiências “são geralmente adultos e, por isso, são mais disciplinados e têm a vontade de aprender”.

A audiência foi solicitada pelos senadores Flávio Arns (PSDB-PR), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Incentivos fiscais para cumprimento da Lei de Cotas

O ex-ministro da Educação Carlos Chiarelli defendeu ontem a criação de incentivos fiscais para que as empresas cumpram a Lei 8.213/91, também conhecida como Lei de Cotas. Essa norma determina que as empresas com cem ou mais empregados têm de contratar portadores de deficiências – as cotas dessas contratações variam conforme o número total de funcionários.

Chiarelli, atual presidente da Associação da Cadeia Produtiva de Educação a Distância, apresentou essa posição durante audiência pública sobre ensino a distância para deficientes, promovida pela Comissão de Educação.

Para Chiarelli, os incentivos fiscais estimulariam as empresas não apenas a contratar pessoas deficientes, mas também a qualificá-los por meio de cursos e treinamentos. Dessa forma, argumentou ele, esses funcio-

nários “não seriam meramente depositados na empresa para que se respeite a Lei de Cotas, mas seriam bem recebidos no ambiente de trabalho, sendo de fato aproveitados e, assim, permitindo seu crescimento profissional”.

Libras

O ex-ministro também disse que “nunca saiu do papel” um dos itens do Decreto 5.626, de 2005, que trata da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Ele se referia ao artigo 26, que em seu parágrafo primeiro determina que o poder público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta “devem dispor de, pelo menos, 5% de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras”.

– É mais uma norma que não

pegou – protestou Chiarelli.

Segundo Carlos Chiarelli, que defende o ensino a distância como forma de inclusão social das pessoas com deficiência, existem em todo o Brasil cerca de 28 milhões de portadores de deficiência.

– É quase 70% da população da Argentina – observou o ex-ministro.

Desse total de 28 milhões, Chiarelli informou que 48% seriam deficientes visuais, 23% deficientes motores, 16% deficientes auditivos e 8% deficientes mentais.

– E a maioria das pessoas com deficiência são pobres. Além disso, no Brasil, em torno de 8 milhões dos deficientes são analfabetos, o que representa uma exclusão tirânica – ressaltou.

Também participaram da audiência pública na comissão os senadores Augusto Botelho (PT-RR) e José Nery (PSOL-PA).

Comissão de Justiça aprova Plano Nacional de Cultura

A criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A elaboração do plano foi inserida no texto constitucional pela Emenda 45/05 e reflete as conclusões da 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em dezembro de 2005 e que resultou da mobilização de diversos segmentos da área de cultura.

O plano terá duração de dez anos e deverá ser regido, entre outros, pelos princípios de diversidade cultural, respeito aos direitos humanos, responsabilidade socioambiental e valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável. Caberá ao Ministério da Cultura exercer a coordenação executiva do plano, além da organização, do monitoramento, da avaliação e da implantação do sistema nacional de informações.

A iniciativa foi proposta em projeto da Câmara (PLC 56/10) que determinou a designação de recursos para viabilizar suas ações nos planos plurianuais, nas leis de diretrizes orçamentárias e nas leis orçamentárias da União e dos entes da Federação



Para Ideli Salvatti, plano contribuirá para a democratização da cultura

que aderirem ao plano. Indicou ainda o Fundo Nacional de Cultura como o principal mecanismo de fomento às políticas culturais.

Na avaliação da relatora na CCJ, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a proposta “representa mais um passo importante, que se soma a muitos outros dados nos anos recentes, no sentido de popularização e democratização da cultura e da perenidade das incontáveis manifestações culturais do povo brasileiro”.

O projeto agora será examinado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), nessa última em decisão terminativa.



O biógrafo Milson Coutinho (ao microfone) no lançamento da obra

Livro aborda vida política e produção literária de Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, foi homenageado ontem com biografia que aborda o período em que esteve à frente da Presidência da República e sua obra literária, sob a ótica de críticos nacionais e estrangeiros. O biógrafo, historiador Milson Coutinho, lançou o livro intitulado *José Sarney: memorial dos 80 anos*.

– Ele se tornou o político que é pelo intelectual que sempre foi. As duas personalidades, política e intelectual, desenvolveram-se juntas – avaliou o autor, que também é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O senador José Sarney concordou:

– Como jornalista fui de certa forma forçado a entrar no cenário político. Eu me via como homem das letras – admitiu.

Segundo Milson Coutinho,

a primeira parte do livro foi dedicada a um apanhado sobre a vida pessoal e familiar de Sarney. Coutinho salientou que Sarney herdou do avô o interesse pela política, enquanto a literatura teria origem na influência do pai, Sarney de Araújo Costa, que, como Coutinho, foi desembargador do mesmo tribunal de Justiça.

O autor do livro informou que a segunda parte da obra refere-se ao período da Nova República e tem caráter didático, passando pelo período da redemocratização após o regime militar, o Plano Cruzado, a volta da inflação, e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte até a promulgação da Carta de 1988.

A terceira parte é composta pela produção literária de Sarney, com destaque para *Saraminda* e *O dono do mar*, entre outras obras.